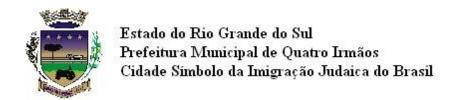


Projeto de Lei Municipal n° 054/2025, de 29 de julho de 2025.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029 e dá outras providências.

JOAO PAULO BALBINOT, Prefeito de Quatro Irmãos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026/2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, I, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo os programas com as respectivas diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada, na forma dos Anexos I, II e III.
  - Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se por:
- I Programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum préestabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;
- II Programa Finalístico: aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;
- III Programa de Gestão e Manutenção de Serviços: é único para todos os órgãos e entidades da administração municipal reunindo as ações de planejamento, formulação, gestão, coordenação, avaliação ou controle das políticas públicas, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos;
- IV Encargos Especiais do Município: programa de natureza apenas orçamentária, que engloba ações não associáveis aos programas finalísticos ou ao programa de gestão e manutenção de serviço, não figurando na programação do PPA 2026-2029;
- IV Ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;
  - V Produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;
- VI Meta, quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.



- Art. 3º Os valores constantes nos anexos e nas tabelas desta Lei são referenciais e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentária Anual, seus créditos adicionais e respectiva execução, que deverá obedecer aos parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e as receitas efetivamente previstas em cada ano, consoante a legislação em vigor à época.
- Art. 4º As metas físicas das ações estabelecidas para o período de vigência desta lei se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.
- Art. 5º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de lei específico.
- Art.6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.
- Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar, republicar e divulgar as alterações ocorridas nos anexos I, II e II desta lei para:
  - I conciliá-los com as alterações ocorridas em função dos arts. 5º e 6º;
  - II readequar adequar vinculações entre ações orçamentárias e programas;
- III incluir, excluir ou alterar o órgão ou unidade responsável pelo programa e/ou ação;
  - IV incluir, excluir ou alterar os indicadores de desempenho dos programas.

Parágrafo único. As atualizações de que trata este artigo serão informadas à Câmara de Vereadores e divulgadas em sítio eletrônico oficial.

Art.8º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, ou, na falta destes, com base na realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

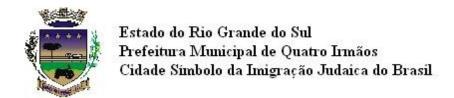
Parágrafo único. O acompanhamento da execução dos programas será feito sob a coordenação da Secretaria Municipal da Fazenda, a quem compete:

- I definir as metodologias a serem utilizadas na elaboração, no acompanhamento e na revisão do PPA a ser observado por todos os órgãos da Administração Municipal;
- II definir a agenda de elaboração, de acompanhamento e, quando for o caso, de revisão do PPA;

- III auxiliar os demais órgãos e setores da Administração Municipal nos processos de elaboração, de acompanhamento e de revisão do PPA; e
- IV elaborar anualmente relatório de avaliação dos resultados deste Plano que será encaminhado ao Poder Legislativo, juntamente o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- Art. 9º Acompanham o Plano Plurianual, as seguintes tabelas, de caráter meramente informativo:
  - Anexo I Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais;
  - Anexo II Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos;
- Anexo III Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
  - Anexo IV Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras
  - Relatório I Sintese das Ações por Função e Subfunção;
  - Relatório II Planejamento Orçamentário
  - Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Quatro Irmãos/RS, 29 de julho de 2025.

JOÃO PAULO BALBINOT PREFEITO MUNICIPAL



#### **JUSTIFICATIVA**

Exmo. Sr. Presidente,

### Senhores (as) Vereadores (as):

O Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026-2029 é um instrumento essencial e obrigatório para a gestão pública, conforme previsto no artigo 165, inciso I, da Constituição Federal. Sua elaboração e aprovação são cruciais para o planejamento e a execução das políticas públicas, assegurando a continuidade das ações governamentais, a otimização dos recursos públicos e a promoção do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões: social, econômica e ambiental.

Este PPA se apresenta como um guia estratégico que delineia as prioridades, metas e diretrizes da administração para os próximos quatro anos. Ele serve como o elo fundamental entre as aspirações da sociedade e as ações do governo, traduzindo compromissos em programas e ações concretas.

#### Continuidade e Coerência das Políticas Públicas

A aprovação do PPA 2026-2029 garante a continuidade das políticas de Estado, independentemente das mudanças de gestão. Ao estabelecer um horizonte de quatro anos, o plano permite que projetos de longo prazo, essenciais para o desenvolvimento do município, sejam iniciados, desenvolvidos e concluídos de forma consistente, evitando a descontinuidade e o desperdício de recursos que frequentemente acompanham a alternância de governos sem um planejamento consolidado. Isso é particularmente importante para áreas como infraestrutura, educação, saúde e segurança pública, que demandam investimentos e ações continuadas para gerar resultados efetivos.

# Eficiência e Transparência na Alocação de Recursos

O PPA é a base para a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Ele estabelece a programação orçamentária para as despesas de capital e outras despesas correntes, vinculando a execução do orçamento a metas e indicadores claros. Essa vinculação assegura que os recursos públicos sejam alocados de forma mais eficiente e eficaz, direcionando-os para áreas e ações que gerem maior impacto social e econômico. Além disso, a sua publicidade e a participação social em sua construção promovem a transparência na gestão fiscal, permitindo que a sociedade acompanhe e fiscalize a aplicação dos recursos e o cumprimento das metas estabelecidas.

## Resposta aos Desafios Atuais e Futuros

O PPA 2026-2029 é concebido a partir de uma análise aprofundada dos desafios e oportunidades que se apresentam no cenário nacional e internacional. Considerando as dinâmicas socioeconômicas, tecnológicas e ambientais em constante transformação, o plano busca ser flexível e adaptável, sem perder sua robustez. Ele incorpora e reflete os compromissos com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e outras agendas globais, alinhando as políticas públicas a um futuro mais equitativo, próspero e ambientalmente responsável. A inclusão de programas e ações voltadas para a inovação, a digitalização e a adaptação às mudanças climáticas são exemplos de como este PPA visa preparar o país para os desafios do século XXI.

Fortalecimento da Participação Social e da Governança A construção do PPA 2026-2029 envolveu um processo participativo, com a coleta de contribuições de diversos segmentos da sociedade civil, especialistas, setor produtivo e órgãos governamentais. Essa abordagem democrática enriquece o plano, tornando-o mais representativo das necessidades e anseios da população. Além disso, o PPA fortalece a governança pública ao estabelecer um arcabouço lógico e metodológico para o acompanhamento e a avaliação das políticas, permitindo ajustes e correções de rota quando necessário.

Em síntese, o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2026-2029 não é apenas uma formalidade legal, mas um imperativo para uma gestão pública responsável, estratégica e orientada para resultados. Sua aprovação é fundamental para que o Município possa cumprir seu papel de promotor do bem-estar social e do desenvolvimento nacional, garantindo um futuro mais próspero e justo para todos os cidadãos.

É a justificativa.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de julho de 2025.

JOÃO PAULO BALBINOT PREFEITO MUNICIPAL